



A FORMAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOB O OLHAR DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS FORMADORES DA ESCOLA PENITENCIÁRIA DE PE

Júlia Sandra de Barros Machado ¹

Zélia Granja Porto ²

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise de processos de construção de sentidos e significados de agentes penitenciários formadores da Escola Penitenciária de PE. A pesquisa de cunho qualitativo envolveu entrevista com os profissionais. Tais procedimentos foram vistos sob a ótica da Formação, saberes e o diálogo: Uma fórmula para a ressocialização, com enfoque nos saberes experienciais dos agentes formadores. Esta análise nos permite dizer da existência de uma intencionalidade no âmbito da equipe de formadores em desenvolver processos de construção de sentidos e significados acerca de sua prática, para desenvolver uma formação significativa. No entanto, a escola ainda necessita reavaliar sua formação mais para o uso do diálogo do que para o uso do poder.

Palavras-chave: Agente penitenciário, ressocialização, formação, saberes.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto compreender os sentidos e significados construídos em contexto educativo sob o olhar do agente penitenciário formador, da Escola Penitenciária de PE. Como objetivo geral, esta pesquisa pretendeu compreender a formação em Direitos Humanos oferecida aos agentes penitenciários no estado de Pernambuco para suas práticas junto aos indivíduos privados de liberdade no contexto prisional da ressocialização. A partir daí, emergiu a necessidade de analisar elementos que impedissem uma prática significativa, nas falas dos agentes penitenciários, no papel de formador, no âmbito da ressocialização.

Nosso interesse por este campo de estudo originou-se de uma experiência desenvolvida em pesquisa, ao colher dados para o trabalho do curso de graduação em Pedagogia, quando durante observações de sala de aula e entrevistas na Colônia Penal Feminina do Recife, visitei os espaços de interação dos indivíduos e percebi que as tentativas de ressocialização através da humanização se desenvolvia para uma pequena parcela da população carcerária, de maneira superficial e fragmentada, isto é, nas duas horas(em média) que as educandas permaneciam na sala de aula.

¹Pós-graduada do curso de Direitos Humanos da UNICAP- PE, juliasbmachado@hotmail.com

²Professor orientador: Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino- Centro de Educação-UFPE, zeliaporto2@yahoo.com.br.

Artigo resultado do projeto de pesquisa intitulado: A FORMAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS: Sentidos e significados sob o olhar dos agentes penitenciários formadores da Escola Penitenciária de PE e dos agentes penitenciários da Colônia Penal Feminina do Recife.



A pesquisa desejava investigar "O papel ressocializador da Escola Olga Benário Prestes na Colônia Penal Feminina do Recife". Porém, na conclusão do trabalho ressaltei a percepção que tive da possibilidade de uma valiosa contribuição que o agente penitenciário pode dar para a busca da humanização do indivíduo privado de liberdade, uma vez que ambos os sujeitos vivem em constante interação naquele ambiente.

Pensando sobre esse assunto, Azevedo, Barros e Silva (2012) concluíram em seus estudos que ainda existe uma falta de preparo dos agentes penitenciários para o tratamento com indivíduos privados de liberdade, assim como, Rigo (2012), que na sua pesquisa, compartilha da importância de se desenvolver o aspecto da humanização, porém, destacando o potencial educativo para atingir esse objetivo.

Nesse sentido, Gonçalves e Vieira (2005) apontam para duas questões a serem pensadas no que diz respeito aos agentes penitenciários: O que deve ser a sua formação, e o que deve nortear a sua seleção, para que sua atuação seja mais produtiva, além de sua auto estima ser trabalhada.

Com isso, o que se espera da escola de formação penitenciária, segundo Figueiredo (2007, p. 84), "...é a promoção de capacitações continuadas que busquem desenvolver ações de forma sistemática, envolvendo profissionais em serviços penais na articulação de propostas e mobilização dos seus próprios saberes, adquiridos com a prática". A partir destas concepções, o autor as denomina como escola para a formação de ressocializadores, em função da sua posição central na discussão sobre a reintegração social do apenado ou centro de excelência, em função das perspectivas de pesquisas e desenvolvimento de ferramentas para a boa gestão.

Vale ressaltar que, exceto por Figueiredo (2007), são escassos os estudos que problematizam esta dimensão, que discutam a formação dos agentes penitenciários no âmbito das escolas penitenciárias estaduais e desenvolvam um diálogo sobre suas concepções, uma investigação de como estão se formando esses saberes fruto de suas práticas.

Nesse sentido, buscou-se explorar as concepções de ressocialização e humanização de Souza (2007), educação e dialogicidade de Freire (2006), educação integral de Röhr(2007) e considerações sobre a condição humana à luz de Arendt (2003), assim como, Direitos Humanos e os conceitos de tolerância em Bobbio (2004) e as questões que envolvem a formação, os saberes e as práticas profissionais numa analogia com a formação profissional de professores com Tardif (2008). Tais teóricos, em vários momentos, dialogam entre si no trabalho.



Com base na revisão da literatura apresentada para o tema, é importante que se repense o que se pretende no espaço da prisão: Continuar guardando pessoas, ou aproveitar este local para promover a mudança moral dos indivíduos que lá estão através das relações baseadas nos Direitos humanos? Porém, para tanto, faz-se necessário investigar como o Estado está formando seus agentes penitenciários no trato desta questão. Que princípios estão sendo trabalhados e de que maneira? Além disso, durante a formação continuada, perceber como o agente passou a ver os indivíduos privados de liberdade e se ver enquanto não só um profissional da segurança, mas, um profissional responsável pela humanização dos sujeitos.

Isso nos faz pensar na maneira como os indivíduos se veem nesta relação, que é de poder. Na mesma medida que, por um lado em alguns presídios, penitenciárias e cadeias públicas a imposição do poder pelo agente de segurança viola os Direitos Humanos, por outro lado, esses mesmos profissionais revelam, um medo, uma incapacidade, uma fraqueza em lidar, em conquistar a autoridade com relação aos detentos.

Dada a importância do referido tema, espera-se que este seja um trabalho produtivo e gerador de reflexões nos vários aspectos aqui propostos. Daí a necessidade de procurar uma alternativa, mediante uma pesquisa baseada nos princípios da formação para a ressocialização através da humanização, tendo a perspectiva dos Direitos Humanos para que se observe os agentes como atores sociais.

Assim, a análise do estudo apoiou-se nos contributos dos agentes como sujeitos ativos no processo investigativo. Desse modo, convidou-se um grupo de três agentes formadores da Escola Penitenciária de PE a participarem da investigação para compreender as dificuldades e as possíveis soluções para o problema vivenciado em seu contexto profissional. A pesquisa teve seu desenvolvimento na Escola Penitenciária de PE localizada no bairro das Graças, no município de Recife tendo como pressuposto metodológico a abordagem qualitativa, por ser mais adequada aos objetivos da investigação.

Por fim, nas considerações finais, retomam a discussão sobre a seguinte questão problema: Como se dá a construção dos sentidos e significados no processo formativo dos agentes penitenciários da Colônia Penal Feminina do Recife na Escola Penitenciária de PE, considerando que a pesquisa não é um processo acabado, mas que deverá ser vista como abertura para novas descobertas.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se desenvolveu através de uma abordagem qualitativa, com entrevistas do tipo não-estruturadas. As análises das entrevistas foram realizadas na perspectiva da



análise de conteúdo que André e Lüdke (1986) caracterizam como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens que podem ser abordadas sob inúmeros ângulos.

O objetivo das entrevistas, segundo Lakatos e Marconi (2007), foi compreender se os entrevistados que possuem certas informações são capazes de compreendê-las e o que pensam ou acreditam que os fatos sejam. Além disso, quais suas condutas através de seus sentimentos e anseios, e se, por meio das definições individuais dadas, qual a conduta adequada em determinadas situações, a fim de prever qual seria a sua, e por fim, descobrir quais fatores podem influenciar as opiniões, sentimentos e conduta e por quê.

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

| Quadro síntese | | | | |
|---|---------|--|--------------------|---------------------------------------|
| Agentes penitenciários formadores (APF) | | | | |
| | Idade | Escolaridade e Formação | Tempo de Profissão | Outra Atividade Remunerada |
| APF 1 | 42 anos | Curso de mestrado em andamento (Tecnologia e Gestão em Educação à Distância) | 12 anos | Professor de Escola do Estado de PE |
| APF 2 | 44 anos | Curso de especialização em andamento (EAD em novas tecnologias) | 19 anos | Professor de Educação Física e Músico |



REFERENCIAL TEÓRICO

A FORMAÇÃO, OS SABERES E O DIÁLOGO: uma fórmula para a ressocialização.

As teorias de cunho humanizador, que fundamentam os Direitos Humanos, contribuíram para que a nossa cultura valorizasse a educação como a melhor forma de superar os equívocos praticados pelo homem desde os grandes eventos mundiais. Embora os agentes penitenciários disponham de uma vasta carga de conhecimentos adquiridos pela prática, os mesmos ainda carecem de repensar suas concepções no contexto interativo da escola, para a construção de um perfil mais ressocializador.

Porém, que concepções devem ser desenvolvidas no trabalho escolar destinado aos trabalhadores de execução penal e que saberes devem ser socializados, uma vez que como explica Tardif (2008, p. 256) " [...] os saberes profissionais são saberes da ação ou ainda, usando uma expressão que preferimos, saberes do trabalho, saberes no trabalho[...]" para que haja uma melhoria da qualificação dos mesmos? Baseado na ideia de que esses profissionais convivem e tem uma relação de interação com os indivíduos privados de liberdade no contexto prisional, há de se reconhecer a importância de seu papel cotidiano na prisão.

O objetivo do Estado para as prisões é, também, ressocializar os indivíduos privados de liberdade, através do estudo e do trabalho, porém, somente tais atividades muitas vezes não garantem aquilo que Souza (2007, p. 303) define como

Reconhecimento: as mudanças nas formas de pensar, as mudanças nas nossas formas de compreender a nós mesmos, aos outros, a natureza, a cultura e as instituições sociais;

Reinvenção: mudanças nas emoções, nas formas de agir.

Essas mudanças fazem parte do processo de ressocialização sugerido por Souza (2007, p. 304) que diz ser

múltiplos processos que se dão mediante o confronto entre conheceres, fazeres e sentires de uma pessoa ou de um grupo cultural com os de outras pessoas ou grupos culturais cujos resultados são novos conhecimentos, emoções e ações tornando cada um dos envolvidos mais socializados, culturalmente enriquecidos simbólica e materialmente.

Porém, é necessário que todos os trabalhadores de execução penal estejam preparados para colaborar nesta tarefa. A ressocialização, que é um processo que busca a humanização, só é possível se realizar se for contínua em todos os espaços da prisão. O papel do agente penitenciário deve destacar-se neste processo. Segundo Röhr (2007, p. 57) humanizar é

[...] tornar o homem homem, [...], de desenvolver nele o que tem de mais humano e que não é simplesmente resultado da sua maturação



natural. Isso não implica a crença de que a plena realização de todas as potencialidades humanas seja possível. Trata-se de um processo de aproximação.

A busca pela humanização dos indivíduos privados de liberdade exige que os agentes penitenciários, repensem suas concepções existenciais para poder lidar com esses indivíduos. A partir daí, os mesmos terão subsídios para perceber e intervir de maneira coerente com as situações inesperadas que surjam no cotidiano da prisão nas relações interpessoais e colaborarão para a prática dos Direitos Humanos.

Surge então a necessidade de se repensar a formação oferecida pelas escolas penitenciárias. Tardif (2008), conceitua as relações interativas como uma atividade na qual os seres humanos orientam seus comportamentos em função uns dos outros. Isso vem mostrar que tais relações tanto são importantes no processo de formação do agente como refletirá na sua prática.

Esse novo olhar formativo sobre o agente penitenciário, o educa para que ele entenda os indivíduos sob sua responsabilidade não como "coisas", mas como homens. Freire (2006, p. 60), defende que "...é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também.", e que os oprimidos precisam reconhecer-se como homens na sua vocação ontológica e histórica de ser mais. Para isso, é necessário que as relações que se estabelecem sejam baseadas na reflexão sobre suas condições concretas porque "a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática." (FREIRE, 2006, p. 59). Mas, para isso, é necessário investigar a capacidade de tolerância dos educandos (agentes) no sentido do respeito à pessoa alheia. Não se trata de "renunciar a própria verdade, ou na indiferença frente a qualquer forma de verdade" Bobbio (2004, p. 191), mas, como diz o autor, trata-se de atender aos direitos naturais de todo cidadão, fundamentais ao Estado liberal.

Nesse sentido, Freire (2006, p. 78) quando diz que "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." apresenta uma perspectiva de relações interpessoais no contexto das relações educativas que possibilita a superação das relações desiguais de poder.

Essas relações podem se basear na busca de uma mudança moral através do diálogo. Ambos, nesse caso, tornam-se sujeitos do processo, crescendo juntos enquanto seres humanos e onde, para ser, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Röhr (2007) define liberdade como a determinação da autenticidade, ou seja, da capacidade do indivíduo "de fazer as suas escolhas dentro das possibilidades que a própria dimensão espiritual deixa em aberto." (p. 69).



Nesse sentido, Freire (2006) diz que os sujeitos tornam-se críticos, reflexivos e desafiados à prática da problematização deles no mundo e com o mundo. Estabelecem uma forma autêntica de pensar e atuar. Porém, essa busca deve ter um esforço permanente, buscando a integralidade dos sujeitos através do desenvolvimento das dimensões temático-transversais que como diz Röhr (2007) são: a físico-corporal-sensorial, a psíquico-emocional, a prático-laboral-profissional, a relacional-social, a político-econômica, a comunicativa, a sexual e de gênero, a étnica, a racional-mental-intelectual, a estético-artística, a ética e a intuitivo-espiritual, entre outras que o trabalho, o estudo e os processos interativos com os agentes podem promover. Em se tratando dos agentes, o diálogo neste processo, mostra-se como um instrumento valioso, porque, como diz Freire (2006, p. 91)

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

A partir das concepções apresentadas, espera-se que as escolas penitenciárias das unidades da federação desenvolvam um trabalho de formação dos agentes penitenciários que os preparem para atuar na difícil realidade social que está posta nas prisões brasileiras.

Neste trabalho propõe-se que os saberes construídos nestas escolas, através da práxis pedagógica escolar, possam contribuir para que os agentes sejam capazes de conviver com seu público, colaborando na ressocialização dos mesmos. A educação dos agentes, nesta perspectiva, deve garantir a construção da humanidade dos mesmos por meio dos processos de reconhecimento e reinvenção, pois, como ressalta Souza (2007, p. 302) "Isso não é uma exigência apenas para os considerados inadaptados sociais. É para todos. Caso contrário, estacionamos nosso processo de construção como humanos."

Na formação dos agentes esses processos podem ser experimentados, pois trata-se de um processo sempre inacabado e desafiado a superar-se continuamente, porque é inerente ao ser humano a busca por formas agradáveis de convivência humana.

Mais do que isso, a inconclusão é algo que faz parte da subjetividade do ser humano, das suas experiências de vida que vão se revelar em situações do cotidiano nas relações que se estabelecem entre as pessoas. Essa multiplicidade mostra os desafios e dificuldades do trabalho educativo, porque como diz Souza (2007, p. 304), "cada um sempre se pensa melhor do que o outro. E quase nunca quer conviver com os diferentes." Se, durante a formação, se perceber que não há abertura para sentir o outro, escutá-lo, conviver, pensar juntos, é a função do educador provocar os alunos de diferentes maneiras. O objetivo é reconstruir emoções,



pensamentos e ações dos educandos, questionando-os, problematizando seus pensamentos, ações e emoções, desafiando-os a superar os preconceitos que os impedem de agir conforme os Direitos Humanos.

É necessário que o professor tenha habilidade para avaliar as diversas situações que desafiem o outro, os seus saberes e os ajude a se apropriarem dos mecanismos capazes de torná-los construtores de seu conhecimento e de sua própria reinvenção como sujeitos. Assim, acredita-se que estes profissionais poderão estar preparados para conviver e contribuir nos processos de ressocialização dos indivíduos privados de liberdade.

Propõe-se investigar os contextos em que os profissionais tiveram sua educação e introduzir novos elementos na cultura em que se foi socializado para provocar vivências em novas experiências. Experimentar outras formas de fazer e de dizer vai configurando uma outra cultura, possibilitando uma nova socialização.

É necessário que a escola construa posturas teóricas e metodológicas para a descoberta de realidades no campo da epistemologia da prática profissional que é, segundo Tardif (2008, p. 255) "[...] o estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas." Tais saberes, que são, segundo o autor, "conhecimentos, competências, habilidades (aptidões) e atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser" precisam ser reconstruídos no sentido de se desenvolver uma nova cultura no espaço da prisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

SABERES EXPERIENCIAIS DOS AGENTES FORMADORES- O bom senso, a técnica, as circunstâncias X Os personagens da cadeia, o uso progressivo da força - Uma mensagem para os novos agentes penitenciários.

Ao desenvolver um projeto educacional, os formadores devem refletir sobre que concepções desejam ajudar a construir nos seus alunos para que as práticas deles sejam significativas no seu ambiente de trabalho, até porque existe uma intencionalidade implícita no ato de educar. Para que isso ocorra, Souza (2007, p. 310) afirma que depende da

[...] capacidade que tiverem os professores de provocar a reconição e a reinvenção[...] eles e elas vão adquirir uma nova compreensão da realidade e vão, individual e coletivamente, lutar pela transformação dessa mesma realidade.

Sob esse ponto de vista, quando perguntado o que é mais importante no curso que o formador ministra ou o que ele acha mais importante que fique para seus alunos no final do



curso, um agente respondeu que seria “*Bom senso*” (APF 1). Ele explica que para mediar conflitos, por mais que o agente tenha técnica, que o professor ensine os procedimentos de uma mediação de conflitos, de uma negociação, de uma conciliação, ele tem que trabalhar o bom senso. O formador elucida que às vezes, as circunstâncias é que vão dizer como ele vai agir.

Outro aspecto destacado pelo agente formador é que o aluno deve conhecer os personagens da cadeia, como por exemplo, o chefe da guarda interna, o chefe da guarda externa, o preso que é responsável por determinada atividade, o preso que tem mais poder financeiro, qual o preso que serve de mensageiro, qual o familiar que tem mais influência politicamente. Então, ele diz que “*sabendo administrar e tendo bom senso, o resto do que eu passei, é só ele saber aplicar na hora certa.*” (APF 1).

Quando perguntado sobre o que há no curso que ministra de mais importante, outro agente formador explica que “[...] *eles percebam que eles agindo daquela forma, eles vão ter o resultado, mas eles tem que agir daquela forma que a gente tá passando.*” (APF 2).

Os agentes penitenciários formadores se preocupam se o que foi ensinado foi aprendido, para ter êxito no trabalho. Um agente informa que tentou ser o mais sucinto possível e o outro conta que “[...] *eu já precisei lutar, e vi que realmente funciona, talvez um dia não funcione, eu não sei, porque você pode pegar uma pessoa que também tenha conhecimento. Não é só o agente ter conhecimento, o preso também tem, mas quando eu usei, valeu a pena.*” (APF 2).

O profissional esclarece ainda que existe um grau de situação para que aquela técnica seja usada. A mesma só é usada no último caso, se for necessário, porque tudo é gradativo.

Outro ponto destacado pelo agente formador é que mesmo o agente sabendo que o detento é perigoso, a presença do agente deve intimidá-lo. Ele informa que a primeira estratégia que o agente utiliza, baseado no uso progressivo da força, é a presença. Ele diz que

[...] por isso que a gente tem a roupa diferenciada [...] A sua presença já inibe, tem que fazer com que iniba, é o primeiro passo. Você chegou, mostrou que tá ali, as pessoas sabem quem é você, sabem da sua índole, da sua atitude, então elas vão mudar o comportamento, se o comportamento tiver errado elas vão... (APF 2).

Se a presença do agente não inibiu o detento, o agente diz que o aluno deve usar o comando de voz e gradativamente chegar no último estágio que é o uso da arma de fogo, a arma letal. Mas, essas etapas são realizadas aos poucos.



Para demonstrar as situações com que se deparam os agentes penitenciários no seu cotidiano e as possibilidades de ocorrer um conflito que necessite de defesa pessoal o formador explica que

[...] às vezes, são coisas simples que acontecem aqui, por exemplo, eu vou muito nesse ponto dessa fila pra pegar remédio, fila pra pegar alimentação porque todas as reeducandas estão soltas nesse momento. São mais de 760. De manhã 7h, à tarde, de 12h e no final da tarde, 5 horas da tarde a gente abre pra elas irem pro pátio. Então você fica num ponto que elas não percebem que você tá ali. Elas vão chegar, é normal, elas vão tentar furar a fila. A fila tá formada, elas chegam passando na frente, quer saber não. Você tá ali sentado só olhando quem furou. Se elas olharem ao redor e não lhe ver, entra. E depois que entrou, ela olhar e percebeu que você viu, " Eita poxa, ele tá ali", elas saem. E vão pro fim da fila. Tem umas que se assustam, vai entrar na fila aí a outra diz, " olha quem tá ali" aí vai simhora. (APF 2).

As falas dos agentes penitenciários formadores demonstram que ao contrário do que se pensa quando se busca a recongnição e a reinvenção dos indivíduos privados de liberdade, os mesmos expõem e alimentam concepções baseadas na manutenção do status quo do ambiente prisional para seus alunos. Percebe-se que, embora tentando agir com bom senso, o objetivo é garantir o bom comportamento, o controle, com a prática da mediação de conflitos e da defesa pessoal.

Vale ressaltar que a ressocialização é um processo que requer ousadia em querer mudar uma realidade, e a junção dos saberes curriculares, disciplinares e experienciais são a chave para essa transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi refletido neste trabalho, observa-se que as concepções que acompanham os agentes formadores da Escola Penitenciária de PE baseiam-se no “bom senso” e na preocupação do uso da técnica de mediação de conflitos. Eles evidenciam nas suas falas que, para que os agentes realizem seu trabalho precisam conhecer os “personagens da cadeia”.

Percebe-se que os sujeitos da pesquisa preocupam-se bastante com a sequência de instruções que cuminam na luta corporal ou uso da arma. Além disso, a intimidação através da postura e do comando de voz fazem parte das estratégias de uso do poder para o controle dos reeducandos.



Conclui-se que, na contemporaneidade, no contexto sociocultural dos Direitos Humanos, inclusive em escolas penitenciárias, possam superar as técnicas ideológicas que fazem os agentes penitenciários violadores dos direitos dos detentos e colaborar na ressocialização dessas pessoas mais humanamente com o uso do diálogo.

Nessa perspectiva, a partir das considerações apresentadas nesse estudo, espera-se que esta investigação sirva como caminho para outras reflexões em futuros projetos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

AZEVEDO, Rosangela Oliveira; BARROS, Débora Maria Victória; SILVA, Mônica Mamede. **O papel do agente penitenciário no processo de humanização no presídio feminino do Distrito Federal – Colméia**. Revista *Projeção, Direito e Sociedade*. Edição Especial. v. 3, n. 1, p. 252-266. 2012. Distrito Federal. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Papel-Do-Agente-Penitenc%C3%A1rio-No/302630.html>. Acesso em: 27 de mai. 2013.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Editora Campus. 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Educação em serviços penais: fundamentos de Política e diretrizes de financiamento**. 2005b. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2007.

FIGUEIREDO, Railander Quintão. **Educação em serviços penais: diretrizes para a escola de formação do sistema prisional em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85JPED/disserta__o_railander_quint_o_de_figueiredo.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 de jun. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONÇALVES, Rui Abrunhosa; VIEIRA, Sandra. **Atitudes face aos reclusos em guardas prisionais: implicações para a formação do pessoal penitenciário**. 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4299/3/3Atitudesface.osreclusos.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. 1. ed. São Paulo: E.P.U., 1986. 99 p.

RIGO, Lucivânia, S. **A Dimensão Educativa no Trabalho das Agentes Penitenciárias no Madre Pelletier**. Porto Alegre, 2012. Disponível em:



<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67842/000873933.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 de abr. 2013.

RÖHR, Ferdinand. **Reflexões em torno de um possível objeto epistêmico próprio da educação.** São Paulo: UNICAMP, 2007.

SOUZA, João Francisco de. **A educação escolar, nosso fazer maior, dê(A)fia o nosso saber.** Educação de jovens e adultos. Recife: Bagaço, 2000.

_____. **E a educação popular: ?? Quê ??:** Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife: Bagaço, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.